

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ARROIOS,
REALIZADA NO DIA VINTE E NOVE DE SETEMBRO DE DOIS MIL E
DEZASSEIS -----

ATA NÚMERO CATORZE -----

(Mandato 2013-2017) -----

----- Aos vinte e nove dias do mês de setembro de dois mil e dezasseis, reuniu, no Auditório do Lisboa Ginásio Clube, sito na Rua dos Anjos, sessenta e três, a Assembleia de Freguesia de Arroios, sob a presidência do seu Presidente em exercício, Vítor Manuel da Cruz Carvalho, coadjuvado pelo Primeiro Secretário em exercício, Paulo Miguel Cabeçadas Ataíde Ferreira Coutinho, e pela Segunda Secretária em exercício, Ana Luísa Cerveira de Mira Feio, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- Ponto 1 – Intervenção do público; -----

----- Ponto 2 – Período de Antes da Ordem do Dia; -----

----- Ponto 3 – Leitura, discussão e votação da ata nº 13, da sessão anterior; -----

----- Ponto 4 - Apreciação da Informação Escrita da Presidente da Junta de Freguesia de Arroios acerca da atividade da Junta, nos termos do disposto da alínea e) do nº2 do art.º 9º, da Lei nº 75/2013; -----

----- Ponto 5 – Análise, discussão e aprovação para celebração dos seguintes Protocolos: -----

----- a. Protocolo de Cedência de Equipamento entre a Junta de Freguesia de Arroios e a Post Coop, Crl.; -----

----- b. Protocolo de Colaboração de Atividades de Animação e de Apoio à Família e Protocolo de Colaboração Componente de Apoio à Família entre a Junta de Freguesia de Arroios e a Câmara Municipal de Lisboa e Lisboa Ginásio Clube; Agrupamento de Escolas Nuno Gonçalves e o Agrupamento de Escolas Luís de Camões. -----

----- Ponto 6 – Análise, discussão e ratificação do Contrato de Delegação de Competências – requalificação de arruamentos. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Membros: -----

----- **Do Partido Socialista (PS):** – Joana D’Arc Fernandes Maniçoba Chouriço, Ana Gabriela Naré Morais Freire, Pedro Manuel Dias Louro, António José Serzedelo da Silva Marques e Joaquim Maria Prada. -----

----- **Do Partido Social-Democrata (PSD):** – Maria Manuel de Figueiredo Barroso Baía Afonso, Damião Martins de Castro, Nuno Miguel Pereira da Cruz e João Francisco Borges da Costa, -----

----- **Do Partido Comunista Português (PCP):** – Maria Fernanda Pereira Gonçalves de Lacerda e João Eduardo Coutinho Duarte. -----

----- **Do Centro Democrático Social – Partido Popular (CDS-PP):** - Ana Paula Mendes Dias de Oliveira Ferreira de Almeida. -----

----- **Do Bloco de Esquerda (BE)** – Beatriz Gebalina Pereira Gomes Dias. -----

----- **Do Pessoas-Animais-Natureza (PAN)** – Ana Cristina Pocinho Coutinho Antunes. -----

----- Faltaram à sessão os seguintes Membros: -----

----- Anabela Martins Ferreira da Silva Valente Pires, que justificou a sua ausência e foi substituída por Paulo Coutinho; -----

----- Joana Linda Domingos de Castro Correia, que justificou a sua ausência e foi substituída por Joaquim Prada; -----

----- João Mário Amaral Mourato Grave, que justificou a sua ausência e foi substituído por Nuno Cruz; -----

----- Nuno Manuel Valentim de Sousa Vitoriano, que justificou a sua ausência e foi substituído por João Costa; -----

----- Maria Alexandra Rebelo Amaro Neuparth, que justificou a sua ausência e foi substituída por António Serzedelo Marques; -----

----- Ana Luísa Martins Pereira Mirra, que justificou a sua ausência e foi substituída por João Duarte;-----

----- Júlio Prata da Purificação Sequeira, que justificou a sua ausência e foi substituído por Ana Paula Almeida.-----

----- Joaquim Ramos Costa, que justificou a sua ausência. -----

----- Maria João Castanheira Afonso, que justificou a sua ausência. -----

----- Às vinte horas e quinze minutos, constatada a existência de *quórum*, o **Senhor Presidente da Assembleia em exercício** declarou aberta a reunião. -----

----- Agradeceu aos serviços terem providenciado a nova bandeira da Freguesia, que tinha sido aprovada algumas sessões antes. -----

----- **Ponto 1 – Intervenção do Público;** -----

----- **Freguês José de Silva** fez a seguinte intervenção:-----

----- *“Eu gostaria de abordar três pontos e um deles é congratular-me pelo piso antiderrapante que foi colocado na Calçada do Pombeiro. -----*

----- *Na penúltima reunião tinha feito a sugestão para que fosse feito algo semelhante junto ao Largo do Mitelo, na zona que ia do Campo de Santana, e o que me foi dito era que não era possível porque ia ser feita uma obra mais geral. -----*

----- *Nessa mesma reunião foi falado que o Largo de Santa Bárbara precisa neste momento também disso, aquela zona que tem os restaurantes. É uma zona muito inclinada e provavelmente pode haver restos de comida e acho que isso devia ser tido em linha de conta para segurança de todos nós. No outro dia eu escorreguei e, portanto, é um exemplo pessoal. -----*

----- *O segundo ponto que gostaria de falar é acerca do Orçamento Participativo. Quando o Orçamento Participativo surgiu no Brasil, nos anos oitenta, foi uma ideia considerada muito boa. Infelizmente, o nível de participação das populações nem sempre é o melhor e nós devemos arranjar vários meios para que toda a gente participe, para que seja de facto vontade popular e não um interesse de grupos isolados que usam sistemas de pressão para impor determinado tipo de coisas. -----*

----- *Eu, como não estou ligado a nenhum dos projetos que se candidatou, quis ir votar e fui votar e tendo sido o funcionário absolutamente exemplar, votei naquele sistema clássico presencial, ao chegar ao pólo do antigo São Jorge de Arroios o funcionário não me conseguiu esclarecer como é que eu poderia votar. Eu acabei por votar, porque ele depois queria que eu pusesse a identificação no próprio voto e eu achei aquilo tão confuso, eu acho que já que há tão pouca gente a participar é tentarmos pelo menos esclarecer as pessoas para ver se mais gente participa em todo este processo.-----*

----- *Para acabar é um terceiro ponto, é a terceira vez que eu falo nisto e eu não participei em duas reuniões, isto já é uma história com mais de um ano e tal, é a propósito do antigo circuito de manutenção da Pena. Foi prometido que após o primeiro Festival “Todos” iria ser pensado e o que se nota é que está cada vez mais degradado. -----*

----- *Relativamente aos equipamentos de apoio, a parte dos equipamentos para fazer exercícios estão bons, não há problema e eles têm tido manutenção, mas o percurso não está marcado, os antigos obstáculos que existiam vão-se destruindo aos poucos, os painéis informativos também. -----*

----- *Como da última vez também me foi prometido que eu seria informado, passaram entretanto seis meses e julgo que deva já neste momento haver algumas informações. -*

----- *Muito obrigado.”-----*

----- **Freguesa Maria Eugénia Silva** fez a seguinte intervenção: -----

----- “É a primeira vez que venho a uma reunião destas e venho só para perguntar três coisas à Margarida: se já me sabe dar resposta àquele mail que nós trocámos no dia 2 de agosto. Eu moro aqui numa praceta onde começaram a pôr parquímetros e os moradores vão ter dificuldade em estacionar. Entretanto havia um sítio em que a Margarida por acaso colocou pinos nos passeios, com o tal metro e meio para cada lado, o que foi bom. Só que agora a EMEL, quando colocou o parquímetro, pôs só para carros atravessados. Ou seja, vai tirar cinco carros dali. -----

----- Nós temos muita dificuldade em estacionar e além dos moradores dali, vêm das redondezas estacionar o carro ali. Isso foi uma das coisas que a Margarida ficou de falar com a Câmara e ficou de dar algum esclarecimento.-----

----- Entretanto falei com os senhores da EMEL esta semana, que foram atualizar as máquinas, e eles disseram-me que na próxima segunda-feira vão começar a cobrar. Há muitos moradores ali da praceta que me têm dirigido a perguntar como é que é, porque nós saímos de manhã às nove horas, chegamos às sete e não há lugar. Inclusivamente eu hoje tive que vir a casa na hora de almoço e tive que ir pôr o carro a quilómetros de distância, porque não há lugar.-----

----- Outro problema é que há pessoas que foram tirar o ticket da EMEL para moradores e deram-lhes a indicação da zona 50 que não há, é 38 e 37. Só que as pessoas quando foram comprar deram-lhes a 50 e a 50 é na zona do Castelo, as primeiras pessoas. Eu por acaso tenho a 38 e a 37, mas a pessoas que foram deram a 50 e a 38 e perguntam-me como é que vai ser a situação deles. Se no Castelo já é mau, como é que eles podem agora vir para aqui?-----

----- Queria também que a Margarida me dissesse como é que vai resolver aquele problema no Mercado do Forno Tijolo, em que os miúdos quando vão ali estão os mais crescidos a jogar futebol com grandes palavrões, cenas um bocado ingratas para os miúdos.-----

----- O último caso que eu vou perguntar: como é que vai ser resolvido o Intendente zona má e zona boa? Porque o Intendente, como sabem, está dividido em duas zonas. No Largo do Intendente temos uma zona espetacular, que qualquer um de nós pode ir assistir a espetáculos e que têm sido bastante bons, realizados pela nossa Junta, mas a parte que vai da Avenida Almirante Reis até ao Largo do Intendente é péssimo, porque continua a haver prostituição, droga, onde as pessoas no meio da rua a qualquer hora do dia ou da noite se injetam e há crianças a passar. Isso devia ser um assunto que devia ser analisado porque há muitas famílias ali e muitas crianças. -----

----- Para já é tudo. Obrigada.” -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que com o Arquiteto João Veríssimo tinham estado ambos em negociações com a Câmara Municipal de Lisboa. Os projetos que estavam a fazer de renovação das ruas eram em delegação de competências pelas quais tinham lutado. O Largo de Santa Bárbara era uma que estava no momento a ser vista com a CML, com a Unidade de Intervenção Territorial, para 2017. -----

----- Sobre o circuito da Pena, havia técnicos na Junta e no dia seguinte iria perguntar se o percurso não estava marcado. Pensava que estivesse marcado. Se as pessoas entregassem as perguntas antes era mais agradável, porque podia ter as respostas e no momento não podia responder, podia responder no dia seguinte pelo telefone.-----

----- A Dona Eugénia sabia que ao mandar o e-mail para si ele tinha sido reencaminhado para a Câmara. Não queria que as pessoas pensassem que ficava com os e-mails na gaveta e que não reencaminhava para quem de direito. De momento estava com a Doutora Fátima Madureira, com todo o Serviço de Mobilidade e com a EMEL, não era uma questão que fosse só a EMEL a ver, tinha que ser vista pelos serviços para que a EMEL fosse autorizada a fazer a mudança. Tinha sido feito um desenho para aquela área

que não correspondia àquilo que estava. Quando se colocaram os pilaretes a metro e meio era para que houvesse mobilidade. -----

----- Havia um vizinho da Dona Eugénia que colocara o carro na esquina e tirara o pilarete, o que era uma coisa vergonhosa. Era pena não ter visto porque tinha chamado a polícia. -----

----- A EMEL não podia mudar o desenho se não fosse autorizada pela Câmara Municipal. -----

----- Sobre a zona 37, as pessoas tinham que reclamar. Toda a gente sabia que ali era zona 37 e zona 38. A zona 37 demoraria mais quinze dias, tinha entrado nesse dia em publicação no Diário Municipal e só começariam a ser cobradas cerca de um mês após a publicação. Haveria uns folhetos para entregar a todos os moradores das zonas 37 e 38, mas depois de estar montado o sistema só passavam a multar um mês depois, davam tempo para as pessoas se registarem. Quanto à zona 50, tinham mesmo que reclamar, tinha que ser uma coisa por escrito. -----

----- Em relação ao Mercado do Forno Tijolo, até lhe doía um pouco que a freguesia fosse com essa situação. Os miúdos sempre tinham jogado naquele campo de futebol e podia apostar que nos últimos tempos não tinha lá jogado ninguém. Se todos os dias jogavam era porque saltavam o espaço, porque pedira-se que não jogassem lá. Estava-se a fazer um estudo sobre aquela zona e pedira-se à equipa, mas se a freguesia dizia que jogavam todos os dias teria que perguntar aos técnicos, porque tinha sido informada a senhora da piscina para não entregar a chave a ninguém. Se abriam aquilo e jogavam, certamente não era à noite. -----

----- De qualquer forma, aquilo tinha 25 anos e também era um pouco estranho que antes as crianças pudessem brincar e atualmente não podiam. -----

----- Lamentava que as pessoas não tivessem ido à reunião descentralizada, mas podia passar o seu discurso na descentralizada com o Senhor Presidente da Câmara. -----

----- O Intendente zona má e boa devia-se também ao facto da zona onde ficaram os bares e não só. Havia situações ali que não dependiam da Junta, que não tinha nenhuma força jurídica. Uma das situações colocadas por si na descentralizada era a razão de não haver videovigilância nas zonas mais escondidas da Freguesia. -----

----- Havia ali outros problemas que estavam a ser analisados por entidades superiores à Junta de Freguesia. Não podia dar mais informações. Ainda no dia anterior tinha acontecido uma reunião conjunta com a Câmara, com a Polícia Municipal, com moradores, sobre aquela zona dos Anjos, mas não podia dar mais informações porque a Junta de Freguesia não tinha nenhum poder a não ser alertar. -----

----- Havia moradores que queriam tirar o estacionamento, outros queriam manter o estacionamento. Havendo tão pouco estacionamento na Freguesia, tinha que se fazer um estudo sobre isso. Alguns moradores queriam ali um parque infantil e a Junta não teria problema nenhum em ajudar a fazer o parque infantil desde que a Câmara comprasse o terreno e que custava um milhão de euros. Se a Câmara comprasse o terreno por um milhão de euros a um particular, a Junta de Freguesia faria ali um parque infantil. -----

----- A zona estava a ser muito vigiada, mas também era complicado tirar pessoas que viveram sempre ali, até prostituição antiga que morava ali. Não podiam passar uma esponja e só ir para ali gente com dinheiro, tirando as pessoas que lá moravam e que sempre ali viveram. Falava-se muito em gentrificação e realmente não se podia barrar, quando o Intendente ou a Rua dos Anjos sempre foram zonas com mais movimento. As coisas não eram estáticas e sabiam que ao limpar de um lado as coisas iam logo a seguir para outro, passariam para a Rua Andrade ou para a Rua Maria da Fonte, por aí fora, mas essas situações de bairro não podiam ser tratadas só a limpar e com a polícia. -----

----- Tinha acontecido uma situação em que o jogo passara do lado direito para o lado esquerdo do Intendente. -----

----- Havia ali algumas situações mais complicadas e que não podia falar sobre elas, estavam noutros poderes, mas também não podiam tirar toda a gente que funcionava ali, como era o caso do “Ferro-Velho”, um senhor educado e civilizado e a quem não se podia fechar assim o bar. Era uma pessoa com ligação ao bairro e não se podia mudar tudo. Mesmo as mulheres que estavam na rua eram mais velhas, com muito tempo ali, e não eram elas que criavam o problema. O problema surgia de outras áreas que tinham mais dificuldade em controlar. -----

----- Sobre o jogar futebol iria ver o que se tinha passado. O Executivo tinha um estudo em relação àquele espaço, mas também não podia dizer mais do que isso. -----

----- **Ponto 2 – Período antes da ordem do dia;** -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia em exercício** deu conhecimento de um e-mail recebido pela Mesa oriundo do Grupo Parlamentar do PCP, assinado pelo seu Presidente João Oliveira, dizendo o seguinte: -----

“----- *Exmo. Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia* -----

----- *O assunto é a discussão em comissão do Projeto de Lei nº 231/XIII/1ª do PCP, reposição de Freguesias.* -----

----- *O Projeto de Lei nº 231/XIII/1ª, reposição de Freguesias, proposto pelo Grupo Parlamentar do PCP, após a discussão em plenário no passado dia 30 de junho, baixou sem votação à Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação.*-----

----- *Nesta iniciativa o Grupo Parlamentar do PCP propõe a reposição de Freguesias onde seja essa a vontade dos respetivos órgãos autárquicos.*-----

----- *Neste momento decorre a discussão de especialidades desta iniciativa no grupo de trabalho da reorganização territorial das Freguesias, no âmbito da referida comissão.*

----- *Atendendo à relevância da matéria no que concerne à reorganização territorial, entendemos que as autarquias e as populações devem ser auscultadas neste processo.* -

----- *Considerando que esta nossa proposta não foi acolhida no grupo de trabalho para o efeito, o Grupo Parlamentar do PCP convida o vosso órgão autárquico a pronunciar sobre as propostas que constam na iniciativa legislativa em discussão e sobre a qual deve ser a reorganização administrativa do vosso território.*-----

----- *Com os melhores cumprimentos* -----

----- *João Oliveira – Presidente do Grupo Parlamentar do PCP*-----”

----- Continuando, referiu que esse pedido de informação tinha sido recebido pelos serviços no dia 16 de setembro de 2016 e a resposta era de dia 22 de setembro, tendo por base as posições manifestadas pelos diversos partidos políticos presentes na Assembleia de Freguesia, ou a ausência de qualquer posição sobre essa matéria. A resposta enviada pela Mesa ao Grupo Parlamentar do PCP era do seguinte teor: -----

“----- *Assembleia de Freguesia de Arroios* -----

----- *Projeto de Lei nº 231/XIII/1ª (PCP)*-----

----- *Reposição de Freguesias* -----

----- *Parecer da Assembleia de Freguesia de Arroios*-----

----- *Requerido que foi o Parecer deste órgão autárquico sobre o Projeto de Lei em epígrafe, no âmbito da sua discussão em sede de especialidade na Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território, Descentralização, Poder Local e Habitação, designadamente através do Grupo de Trabalho da Reorganização Territorial das Freguesias, constituído para o efeito no âmbito da referida Comissão, vem, antes de mais, a Assembleia de Freguesia de Arroios agradecer o convite que lhe foi endereçado*

pelo Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português e enviar o seu Parecer nesta matéria.-----

----- *Atendendo, pois, à relevância da matéria e à multiplicidade das representações políticas envolvidas, esta Assembleia transmitirá a posição maioritária, sem deixar de colocar as opiniões e observações que a todo o momento foram sendo trazidas à discussão pública.*-----

----- *Assim, e em matéria de reorganização administrativa de Lisboa, os dois membros eleitos pelo Partido Comunista Português desde sempre manifestaram a sua discordância, sendo que mais nenhuma opinião contrária foi recebida pela Assembleia de Freguesia de Arroios.*-----

----- *Entende-se ainda que o processo de reorganização administrativa de Lisboa foi feita e aprovada pelo Município, visando não apenas a racionalização territorial, mas também a descentralização administrativa, através da passagem de competências para a Junta, aproximando a administração dos cidadãos, o que tem vindo a verificar-se, permitindo uma governação local de maior proximidade, com uma resolução mais célere e eficaz dos problemas dos fregueses.*-----

----- *O balanço que se faz da reorganização é bastante positivo, pese embora existirem dificuldades inerentes à normal transição de competências e dificuldades que se prendem com o quadro geral das dificuldades da Administração Pública (nomeadamente a necessidade de contratação de trabalhadores e de reposição salarial que o atual Governo e maioria parlamentar têm vindo a resolver) que entendemos suscetíveis de ser sanadas.*-----

----- *Neste sentido, o Parecer desta Assembleia ao presente Projeto de Lei é no sentido da sua não aprovação pela Assembleia da República, por se entender que as atuais freguesias se devem manter inalteradas.*-----

----- *Lisboa, 22 de setembro de 2016.*-----

----- *A Presidente da Assembleia de Freguesia.*----- ”

----- *Continuando, disse que quando no último parágrafo se referia as atuais Freguesias, eram as 24 Freguesias que constituíam a cidade de Lisboa.*-----

----- *A resposta dada ao Grupo Parlamentar do PCP tinha também sido antecedida de uma consulta aos serviços jurídicos da Junta de Freguesia.*-----

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** disse que tinha algumas moções para apresentar, assim como um requerimento e alguns considerandos.-----

----- *Sobre o e-mail, que não tinha conhecimento e da resposta também não, era sabido que o PCP estivera sempre em desacordo com a reorganização das Juntas na Cidade de Lisboa e depois todas as outras pelo País. Entendia que os problemas eram diversos e a Freguesia de Arroios tentava superar muitas dessas dificuldades, mas elas eram visíveis a vários graus. Nomeadamente tinham ali focado os problemas existentes com a limpeza e a higiene, com os lixos, porque na realidade a transferência do pessoal para as Juntas não fora simples.*-----

----- *A Junta de Arroios era uma grande área e com grande número de moradores. Aliás, já se falara que tinha mais moradores do que algumas cidades em Portugal. A realidade era que existiam muitos problemas e nem sempre os serviços respondiam. Faziam o que podiam. O problema da admissão de pessoal era bastante preocupante e levava muitos problemas à Junta.*-----

----- *O PCP continuava a ter a sua posição, considerando que não tinha sido benéfico. No entanto, eram as pessoas que decidiam.*-----

----- *Passando a outros assuntos, mais uma vez diziam respeito não só à Freguesia, mas nomeadamente à cidade, que tinha a ver com os transportes públicos. Quem usava os transportes tinha noção de que cada vez estavam piores, com a supressão de carreiras, o*

problema dos horários, o caos existente no metro e nomeadamente na chamada linha verde, não só por todas as deficiências das estações, o lixo, a sujidade, o mau estado das estações, mas acima de tudo a supressão que fizeram de carruagens. Já era difícil para o serviço dos moradores, quanto mais atualmente numa zona onde o turismo estava muito implementado. Uns dias antes andara de metro e aquilo estava um caos. -----

----- Se queriam que da Cidade de Lisboa o turista saísse com uma visão esplendorosa, ele entrava no metro e ficava atrofiado com malas e pessoas.-----

----- Leu e apresentou os seguintes documentos:-----

----- **Moção** -----

“----- *Carris - Pela reposição de uma rede coerente e funcional* -----

----- *A rede de transportes da Companhia de Carris de Ferro de Lisboa (CARRIS), pese embora os propósitos da sua criação, nunca satisfaz cabalmente as necessidades de transporte de todos os que vivem e trabalham em Lisboa e na nossa Freguesia de Arroios.* -----

----- *E desde 2008, com o advento das várias fases de reestruturação da chamada Rede Sete, a situação apenas se tem vindo a agravar.* -----

----- *A ideia, absolutamente original, do desaparecimento de linhas rodoviárias onde existe serviço de Metropolitano, o aumento da pressão para o desmantelamento de linhas de ferrovia ligeira, o princípio desastroso da circulação de utentes, baseado em transbordos, e a absurda filosofia segundo a qual não são necessárias ofertas coerentes e rápidas de transporte rodoviário nas horas nocturnas, feriados, fins-de-semana ou meses estivais (o chamado “horário de Verão”), conduziram à sangria imparável de passageiros e ao proliferar de viaturas privadas na cidade de Lisboa.* -----

----- *Hoje, em vastas zonas da cidade existem carreiras que foram encurtadas ao mínimo, transbordos que obrigam a deslocações a pé, intervalos entre carreiras que chegam a demorar entre meia a uma hora, inexistência de transporte à noite, feriados e fins-de-semana, para não falar no puro e simples desaparecimento do serviço.* -----

----- *Acresce ainda a inoportabilidade do preço das viagens para o cidadão comum, procurando transformá-las em meras atracções turísticas.* -----

----- *Todas estas acções são levadas a cabo com a justificação de adaptar a oferta à procura. Estando no entanto mais do que demonstrado que no sector do transporte público é o aumento da oferta que gera o aumento da procura.* -----

----- *O serviço prestado pela Companhia de Carris de Ferro de Lisboa está hoje longe de servir as necessidades da população que reside ou trabalha na nossa Freguesia, afastando-se daquele que deve ser o seu objectivo fundamental: assegurar a prestação de um serviço público de qualidade que garanta o direito à mobilidade das pessoas.* --

----- *A Comissão de Utentes dos Transportes de Lisboa, vem desde 2008 alertando e pugnando pela alteração desta situação, tendo-se desde então desdobrado em contactos, abaixo-assinados e protestos, parecendo contudo os sucessivos Governos e Administrações da Carris mais orientados por outras agendas diferentes das de proporcionar uma boa mobilidade em transporte público.*-----

----- *É verdade que o anterior Governo e a anterior administração da Carris são os principais responsáveis por esta situação. Porém, excepto a travagem da Concessão deste sistema de transporte a privados, não se verifica um corte com estes procedimentos por parte da actual tutela.* -----

----- *É da máxima importância uma atitude frontal e corajosa na defesa da qualidade do serviço público prestado pela Companhia de Carris de Ferro de Lisboa, nomeadamente na reivindicação de condições de transporte em dignidade e segurança.* -----

----- Assim, os eleitos do Partido Comunista Português propõem que a Assembleia de Freguesia de Arroios, reunida na sessão ordinária de 29 de Setembro de 2016, delibere exigir do Governo e da Administração da Carris: -----

----- a) A imediata correcção da Rede Sete, repondo as carreiras e horários em falta necessários à reposição dos níveis de qualidade de transporte que se verificavam antes do início desta reestruturação; -----

----- b) A imediata libertação de verbas para que se proceda a adequada manutenção ou renovação da frota da Carris, onde se mostre necessária à reposição da oferta; -----

----- c) A intervenção visando a reposição do preçário de eléctricos e elevadores da Carris ao nível do serviço de autocarros; -----

----- d) A resolução em tempo útil das situações de necessidade de transbordo em paragens distantes com necessidade de deslocação a pé; -----

----- e) A reversão, no imediato, dos aumentos dos preços da bilhética verificados desde 2011 e a reposição dos preços anteriores a esta data, e o estudo da possibilidade de, em fase posterior, proceder a novas reduções de preços. -----

----- Arroios, 29 de Setembro de 2016 -----

----- Os eleitos do Partido Comunista Português - Maria Fernanda Pereira Gonçalves de Lacerda e João Eduardo Coutinho Duarte. -----”

----- **Moção** -----

“----- Por um transporte em Metropolitano digno e seguro -----

----- Todos os dias se vêm sucedendo situações e problemas que demonstram a vertiginosa degradação do serviço público prestado pelo Metropolitano de Lisboa. Diariamente se assiste à ocorrência sucessiva de “perturbações na linha”, somando-se as situações de falhas e interrupções na circulação. -----

----- As plataformas e composições estão de tal forma sobrelotadas de utentes – com especial incidência na linha verde na nossa Freguesia de Arroios - que muitas vezes não é possível entrar sequer na carruagem e a circulação é feita em pé, apertada e sem condições de segurança e conforto. -----

----- Os motivos para estas “perturbações” são, entre outros, atrasos, avarias e falta de maquinistas (recorde-se que, recentemente, a empresa levou mais de 300 trabalhadores a assinarem “rescisões amigáveis” e que hoje existem menos 45 maquinistas para o mesmo volume de serviço). -----

----- O Governo e a Administração do Metro têm o poder e os meios para resolver estes problemas, assim existisse vontade política para o fazer. -----

----- Apesar das promessas sucessivamente adiadas, a todos estes problemas a resposta da Administração do Metro tem sido não contratar mais trabalhadores, diminuir o número de carruagens por composição (designadamente a diminuição de carruagens na linha verde), suprimir composições e aumentar o tempo de intervalo entre comboios, encerrar 18 postos de vendas, diminuir a velocidade de circulação de 60 para 45Km/h, bem como desinvestir na manutenção e na limpeza de comboios e estações, tendo como resultado as naturais e evidentes consequências ao nível do desgaste e degradação. --

----- De referir também a falta de acessos para pessoas com mobilidade reduzida nas estações do Intendente, Anjos e Arroios e o encerramento mais cedo de alguns dos acessos às estações, questões que já foram alvo de apresentação de Moções nesta Assembleia. Todas estas acções são levadas a cabo com a justificação de adaptar a oferta à procura. Estando no entanto mais do que demonstrado que no sector do transporte público é o aumento da oferta que gera o aumento da procura. -----

----- O serviço prestado pelo Metropolitano de Lisboa está longe de servir as necessidades da população que reside ou trabalha na cidade de Lisboa, afastando-se

daquele que deve ser o seu objectivo fundamental: assegurar a prestação de um serviço público de qualidade que garanta o direito à mobilidade das pessoas. -----

----- A Comissão de Utentes dos Transportes de Lisboa, já por várias vezes alertou as autoridades para estas situações, a última das quais junto do Secretário de Estado no Ministério do Ambiente e do Presidente dos Transportes de Lisboa. -----

----- É verdade que o anterior Governo e a anterior administração do Metro são os principais responsáveis por esta situação. Porém não se verifica um corte com estes procedimentos por parte da actual tutela. -----

----- É da máxima importância uma atitude frontal e corajosa na defesa da qualidade do serviço público prestado pelo Metropolitano de Lisboa, nomeadamente na reivindicação de condições de transporte em dignidade e segurança. -----

----- Assim, os eleitos do Partido Comunista Português propõem que a Assembleia de Freguesia de Arroios, reunida na sessão ordinária de 29 de Setembro de 2016, delibere exigir do Governo e da Administração do Metropolitano de Lisboa:-----

----- a) A imediata contratação dos trabalhadores em falta nos sectores operacionais do Metropolitano de Lisboa, para que sejam repostos os efectivos operacionais necessários à reposição dos níveis de qualidade de transporte que se verificavam antes das rescisões verificadas; -----

----- b) A imediata libertação de verbas para que se proceda a adequada manutenção da frota do Metropolitano de Lisboa, e este tenha os comboios necessários à reposição da oferta; -----

----- c) A resolução prioritária do alargamento da estação de Arroios, a fim de a dotar de capacidade de circulação de seis carruagens na linha verde; -----

----- d) A criação de acessos para pessoas de mobilidade reduzidas nas estações de Intendente, Anjos e Arroios: -----

----- e) A reversão, no imediato, dos aumentos dos preços da bilhética verificados desde 2011 e a reposição dos preços anteriores a esta data, e o estudo da possibilidade de, em fase posterior, proceder a novas reduções de preços. -----

----- Arroios, 29 de Setembro de 2016 -----

----- Os eleitos do Partido Comunista Português - Maria Fernanda Pereira Gonçalves de Lacerda e João Eduardo Coutinho Duarte. ----- ”

Moção

“----- Contra o encerramento da 10ª Esquadra da PSP em Arroios -----

----- Na sessão da Assembleia de Freguesia de Arroios de 29 de Abril de 2014, o Partido Comunista Português apresentou uma Moção contra o encerramento da 10ª Esquadra da PSP em Arroios que foi aprovada por unanimidade. -----

----- Na altura decorreu um abaixo-assinado com mais de 1500 assinaturas e uma concentração da população junto da esquadra contra o seu fecho, que contou com a presença de mais de uma centena de pessoas. -----

----- Recentemente, tem vindo a público a manutenção da intenção do Governo em encerrar diversas esquadras em Lisboa, nomeadamente a de Arroios. -----

----- Considerando que se mantêm os pressupostos da Moção apresentada na Sessão de 29 de Abril de 2014, nomeadamente no que a respeita a: -----

----- Que a segurança deve ser entendida como uma prioridade para todos; -----

----- Que o encerramento porá em causa o policiamento de proximidade; -----

----- Que a proximidade e a localização contribuem, em muito, para a diminuição da criminalidade; -----

----- Que a PSP e os seus efectivos têm sido e são parceiros fundamentais na articulação com a Junta de Freguesia; -----

----- *Que não podem ser os critérios economicistas a prevalecer quando se trata da segurança das populações.* -----

----- *Os eleitos do Partido Comunista Português propõem que a Assembleia de Freguesia de Arroios, reunida na sessão ordinária de 29 de Setembro de 2016, delibere reafirmar:* -----

----- *A rejeição do encerramento da 10ª Esquadra da PSP em Arroios;* -----

----- *Que a Junta de Freguesia de Arroios deve tomar uma atitude dinâmica e determinada em defesa da esquadra de Arroios;* -----

----- *A manifestação do seu apoio à população a favor de uma segurança e policiamento de proximidade;* -----

----- *Que esta moção seja enviada ao Ministério da Administração Interna, ao Comando Metropolitano de Lisboa da PSP e à Câmara Municipal de Lisboa.* -----

----- *Arroios, 29 de Setembro de 2016* -----

----- *Os eleitos do Partido Comunista Português - Maria Fernanda Pereira Gonçalves de Lacerda e João Eduardo Coutinho Duarte.* ----- ”

----- **Recomendação** -----

“----- *Requalificação do Jardim do Caracol* -----

----- *Na fronteira da Freguesia de Arroios com a Freguesia da Penha de França existe um espaço densamente arborizado pertencente à Câmara Municipal de Lisboa conhecido por Jardim do Caracol da Penha.* -----

----- *Ultimamente veio a público por um lado a intenção da Câmara em requalificar o espaço, actualmente abandonado, com a criação de estacionamento, de um parque infantil, creche, quiosque e miradouro com esplanada, por outro lado a proposta de um grupo de moradores, em sede do orçamento participativo municipal, que avança com a requalificação do espaço, dotando-o de infraestruturas lúdicas e desportivas, como parque infantil, campo de basquete/jogos, quiosque e mobiliário de jardim, não contemplando nem o estacionamento, nem a circulação automóvel.* -----

----- *Para o efeito foi promovida a “Petição pelo Jardim do Caracol da Penha”, endereçada à Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa, que recolheu mais de 2.600 assinaturas.* -----

----- *Considerando:* -----

----- *Que é importante a existência de espaços verdes que possam ser utilizados pela população;* -----

----- *Que é de louvar o envolvimento da população na defesa da requalificação de um espaço, actualmente abandonado;* -----

----- *Que o que importa, mais do que o tipo de solução técnica a adoptar, é a requalificação de um espaço que possa ser usufruído pela população, apetrechado de infraestruturas sociais, lúdicas e desportivas e que possa contribuir para a ocupação dos seus tempos livres e melhoria da sua qualidade de vida.* -----

----- *Os eleitos do Partido Comunista Português propõem que a Assembleia de Freguesia de Arroios, reunida na sessão ordinária de 29 de Setembro de 2016, delibere recomendar à Junta de Freguesia de Arroios:* -----

----- *Que acompanhe este processo, nomeadamente junto da Câmara Municipal de Lisboa, no sentido de se encontrar uma solução que contribua para a requalificação do “Jardim do Caracol da Penha”, com o objectivo de o tornar num espaço que possa contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população.* -----

----- *Arroios, 29 de Setembro de 2016* -----

----- *Os eleitos do Partido Comunista Português - Maria Fernanda Pereira Gonçalves de Lacerda e João Eduardo Coutinho Duarte.* ----- ”

----- Continuando a sua intervenção, disse que era constante em todas as Assembleias de Freguesia o assunto lixo. A deficiente recolha ou a sua inexistência, o lixo acumulado em volta dos ecopontos e vidrões, os sacos com lixo nas caldeiras das árvores, nas ruas e nos recantos, dejetos dos cães nos passeios, as folhas das árvores no outono/inverno, tudo problemas levantados pelos moradores da Freguesia ou pelos Membros eleitos, nomeadamente do PCP. -----

----- A falta de ecopontos nalguns pontos da Freguesia, por exemplo São Jorge de Arroios, era preocupante porque a substituição por caixotes individuais nos prédios não resultava em todos os locais. Isso porque os prédios não tinham entradas com capacidade para ter três caixotes grandes, causando por vezes aos inquilinos dificuldades em separar o lixo porque os caixotes não comportavam e não tinham outro local para depositar papéis ou plástico. -----

----- Quanto aos vidrões, os problemas eram vários, não existiam ou, se existiam, eram insuficientes para o número de moradores e estabelecimentos de restauração, porque a recolha dos resíduos era muito espaçada e muitas vezes transbordavam de garrafas e lixo à volta. -----

----- Por outro lado, e sem intenção de menosprezar a sua importância, verificava-se que os depósitos de recolha de roupa, brinquedos e outros estavam a proliferar na Freguesia, havendo locais em que distavam um do outro 50 a 60 metros, o que parecia não ser necessário. Era uma boa medida, mas bastava haver meia dúzia a abranger a Freguesia porque as pessoas não estavam todos os dias a deitar fora roupa e brinquedos. -----

----- Apelou ao Executivo para que junto das entidades competentes fizesse chegar essas preocupações dos moradores e comerciantes. -----

----- Aproveitava para agradecer porque durante o período de férias, nomeadamente até das férias da Senhora Presidente, tinha colocado por mail algumas questões de buracos na Freguesia que os moradores lhe falaram e que tinha observado, tendo sido prontamente resolvidos. Agradecia à Senhora Presidente pela sua pronta resposta e era por isso que apelavam. Sabia que tinha esses assuntos presentes, mas nunca era demais falar deles, porque eram problemas que os moradores todos os dias abordavam. -----

----- **Membro João Eduardo Coutinho (PCP)** disse que lera a última ata de uma reunião onde não estivera presente, em que um freguês levantara o problema dos buracos na Rua Damasceno Monteiro. Pela resposta dada pela Senhora Presidente concluía-se que haveria um acordo, protocolo, entendimento, com a Junta de Freguesia de São Vicente. -----

----- O que tinha a referir era que o lado esquerdo da Rua Damasceno Monteiro não estava impecável porque era impossível, mas via-se com extrema assiduidade trabalhadores da Junta de Freguesia a tentar reparar, às vezes mal mas ao menos disfarçava-se, a calçada dos passeios. Do lado direito era uma verdadeira desgraça, porque em frente ao número 52 não era um buraco, era uma vala que lá estava. Uma caleira estava partida com meses e quando chegasse a chuva as pessoas, principalmente as mais idosas, escorregavam ali e só paravam cinco metros à frente. -----

----- Outra questão era “a talhe de foice” da reorganização das Freguesias. Era perfeitamente bizarro dividir uma rua ao meio no sentido longitudinal. Para os habitantes do lado esquerdo havia um mínimo de cuidado com os arruamentos e do lado direito isso não se verificava. -----

----- Uma chamada de atenção era para a Rua Maria da Fonte, que tinha os pilaretes de pedra e um deles era derrubado semana sim semana não. A Junta ia e reparava mas aquilo não tinha conserto, porque era no ponto mais convexo da curva. Tinha estado a observar que um camião passava ali, batia-lhe com a roda sem querer e o pilarete caía. Era mais perigoso estar o pilarete caído, porque a Junta não podia ter uma pessoa

permanentemente ali, e mais valia tirar e empedrar, deixando aquele espaço porque nem sequer cabia ali um carro. Não era possível os camiões fazerem a curva diretamente e era mais seguro retirar esse pilarete e empedrar aquilo. -----

----- **Membro Beatriz Dias (BE)** referiu uma situação que muito a preocupava e que tinha sido levada por uma freguesa, relativamente ao Largo do Intendente e ao Martim Moniz e a percepção de haver um Intendente bom e um Intendente mau. Essa intervenção tinha-a feito pensar nas questões que já se discutiram algumas vezes e que tinham a ver com a intervenção social que queriam ter na Freguesia. -----

----- A Freguesia tinha alguma história de toxicodependência e prostituição, tinha sido feito um trabalho de melhoramento da Freguesia, havia zonas de onde essa população fora afastada e não tinha acontecido uma intervenção que de facto resolvesse o problema da toxicodependência e que abordasse a questão das trabalhadoras do sexo. -----

----- Era importante pensar-se em respostas concretas que pudessem ser implementadas na Freguesia para solucionar esse problema. Pensar que se ia limpando e que o problema era afastado procurava uma solução para o problema mas não era uma solução integrada. Tendo em conta a gentrificação, que era um problema na Freguesia, tinha que se pensar nessas pessoas enquanto habitantes da Freguesia. Havia questões de salubridade e da vida das pessoas que teriam que ser respondidas. -----

----- Tinha que se olhar para a toxicodependência como um problema que deviam lidar e abordar. Fizeram-se experiências noutros locais de Lisboa e sabia-se que a solução não tinha sido a adequada, locais que foram limpos e o problema arrastara-se para outras zonas da cidade. Portanto, era necessário ter isso em consideração, que ao resolver o problema a solução teria que ser integrada. -----

----- Já tinha sido discutida uma casa de injeção assistida, isso era uma forma de solucionar o problema. Era importante que a CML em colaboração com a Junta de Freguesia de Arroios, colocasse a possibilidade de se criar uma casa de injeção assistida que permitisse retirar da rua essas pessoas e assim ajudar a resolver um problema que afetava a todos. A qualidade de vida daquelas pessoas estava bastante afetada pela circunstância e pelas condições em que viviam. -----

----- Existia uma Comissão Social de Freguesia que podia abordar essa questão e procurar apresentar propostas junto à Câmara Municipal para que o problema fosse resolvido. Sabia que o Martim Moniz não pertencia à Freguesia, mas na zona onde era o antigo Salão Lisboa havia cada vez mais consumo de substâncias estupefacientes, o que era preciso pensar também. -----

----- Relativamente à reorganização da Freguesia manifestara-se enquanto Membro do BE na Assembleia de Freguesia e também noutro contexto contra a reorganização da Freguesia. Tinha pena que a resposta do BE não tivesse chegado a tempo de ser integrada na resposta ao PCP, mas considerava que nos moldes em que tinha sido feita não correspondia à expectativa criada. Fora defendido que a reorganização pretendia aproximar as populações da autarquia e da gestão quotidiana da Freguesia e isso não tinha acontecido. -----

----- Havia inúmeros problemas que se arrastavam e não era por responsabilidade dos executivos, era por dificuldades que herdaram de uma reorganização que não fora feita de modo a atender às necessidades do território e das populações. Era feita sem a dotação dos recursos necessários às Freguesias para poderem responder às necessidades acrescidas que tinham. Esse era um dos aspetos que falhara na reorganização e que deveria ser revisto. -----

----- Relativamente à mobilidade, subscrevia as preocupações apresentadas pela Membro Fernanda Lacerda. Cada vez mais os transportes públicos estavam empobrecidos, o recurso a transportes públicos era uma dificuldade e isso empurrava várias famílias para

o uso do automóvel privado. Tinha visto um estudo que cobria o território nacional e 70% dos cidadãos portugueses usavam o carro para as suas deslocações, o que era um número elevadíssimo, mais alto que a média europeia e que preocupava porque iria contribuir para a poluição e para aspetos de pouca sustentabilidade da cidade. -----

----- Lisboa era das cidades com maior taxa de poluição atmosférica e, se não houvesse medidas eficazes de estímulo ao uso do transporte público, iria continuar assim. O ambiente das cidades não se resumia só à poluição atmosférica e ao aquecimento global. Era importante incentivar o uso de modos de deslocação suaves, estimular o uso da bicicleta e estimular o uso do transporte público. -----

----- Não era com as medidas implementadas pela Carris e pelo Metropolitano de Lisboa que haveria um incentivo ao uso do transporte público. Era preciso pressioná-los para a reposição das carreiras, no caso do Metropolitano para o aumento da frequência das carreiras e para que os tempos de espera não fossem tão longos. Havia muitas interrupções que afetavam a linha verde e prejudicavam a circulação das pessoas e a qualidade de vida. -----

----- A vida nas cidades tinha que ser pensada para as populações e não só para o rendimento que algumas empresas podiam dar. Era muito importante que essa pressão fosse feita pela Junta de Freguesia, de modo a que as entidades públicas pudessem responder mais adequadamente às populações. Era isso que importava fazer. -----

----- **Membro Damião de Castro (PSD)** começou por se congratular com a bandeira. Também tinha trabalhado para isso em reuniões e a bandeira estava muito bonita, era a bandeira de todos e que se deviam orgulhar. Pediu à Senhora Presidente que fizesse bandeiras em miniatura e as distribuísse, porque os Membros também gostavam de ter a bandeira em casa. -----

----- Disse que o PSD se congratulava com a resposta dada pela Mesa relativamente à reestruturação das Freguesias. Entendia que o balanço era positivo e devia continuar a sua consolidação. Seria um retrocesso nesta fase alterar o que tinha sido feito. Não sabia o que se passava no País, mas na Cidade de Lisboa estava a funcionar razoavelmente bem. -----

Não era o ideal, porque a transferência de recursos não tinha acompanhado aquilo que se passara para as Freguesias, mas havia que melhorar nesse campo e não sair daí. -----

----- Sobre o caso do Intendente bom e Intendente mau, tinham sido ao longo do tempo habituados e liam que o Senhor Presidente da Câmara anterior passava para o Intendente para melhorar aquela situação. O objetivo era tornar aquela zona numa zona digna de que a Cidade de Lisboa se orgulhasse, porque tinha uma história muito difícil. Com a saída do Presidente da Câmara instalara-se lá a Junta de Freguesia. A Senhora Presidente da Junta já tinha dito que havia umas reuniões, umas coisas meio secretas, e a pergunta que deixava era saber se não seria possível criar um observatório transparente para avaliar a forma de melhorar a situação naquela zona. -----

----- Passava por lá muitas vezes à noite, descia a Almirante Reis e até ao Banco de Portugal muito bem, daí para baixo era uma desgraça. Eram casos humanos que se viam ali e era bom que os poderes atuais, Câmara e Junta de Freguesia, pudessem transmitir as vantagens que tivessem sido criados com a instalação do Presidente da Câmara e depois da Junta de Freguesia. -----

----- **Membro Pedro Louro (PS)** disse que as competências sobre o Metro e a Carris não eram da Junta de Freguesia mas sim da administração pública central, do Governo.--

----- Considerando o relatório extenso que fizera sobre o Metro e a Carris, talvez concordasse que fossem melhor geridos o Metro e a Carris pela Câmara Municipal de Lisboa, como o anterior Presidente da Câmara de Lisboa, António Costa, pretendia. Ele já o queria enquanto Presidente da Câmara e já o tinha ouvido enquanto Primeiro-

Ministro lançar um repto ao atual Presidente da Câmara para que isso acontecesse. Curiosamente, a Carris já era municipal antes de ter passado para o Estado.-----

----- Face àquilo que se descrevera estar a passar quanto às carreiras, seria melhor a gestão pela Câmara Municipal e não pelo Governo do País, que tinha as suas competências. A Câmara teria competências muito mais adequadas para fazer essa gestão.-----

----- Em relação à reorganização, o PS sempre fora a favor. Aliás, a reorganização de Lisboa resultava de um projeto entre o PSD e o PS.-----

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** disse que nas moções estava expresso que a administração não era da Câmara Municipal e sim do Governo, exigia-se do Governo e das administrações das empresas.-----

----- Quanto ao que o Membro Pedro Louro expusera, a opinião do PCP não era essa. O que se exigia era que o Governo assegurasse as condições para uma qualidade dos transportes públicos não só na Cidade de Lisboa, como no geral onde o Governo tivesse essa administração, porque os cidadãos assim o mereciam. Passar a administração para os serviços municipais não seria a solução e talvez fosse agravar ainda mais os problemas da autarquia.-----

----- **Membro António Serzedelo Marques (PS)** disse que tinha visto consequentemente várias queixas dos cidadãos de Lisboa e dos utentes, dos governantes, dos Presidentes de Junta de Freguesia, dos partidos, sobre a sujidade em Lisboa. Em muitas coisas teriam razão, mas também constatava que se todos atiravam as culpas para as Juntas, para a Câmara, para a polícia, etc., ainda ninguém tinha pensado em primeiro fazer uma campanha de sensibilização e de educação junto dos cidadãos sobre essas questões. Uma campanha dessas, com alguma imaginação, não custaria muito dinheiro. Nalguns locais públicos onde havia imensa sujidade, se lá houvesse caixotes de lixo sinalizados com os diferentes produtos a lá colocar em termos de ecologia, se houvesse pendurado nas árvores e alguns postes palavras de ordem acerca da necessidade de manter a limpeza, também seria efetivo.-----

----- Estivera num jardim próximo da sua casa e que estava sempre na berra por causa de ali estarem a beber cerveja em quantidades imensas. Não faria mal ter lá alguns anúncios sobre o mal feito pelo álcool, individualmente e sobretudo coletivamente aos estudantes no seu rendimento escolar.-----

----- Sugeriu aos partidos ali presentes que puxassem pela imaginação nos respetivos locais onde tinham influência política ou social, que fizessem essas campanhas. Não havia cidadania sem asseio, sem limpeza pública, e nalguns lados a cidadania era corrompida pela porcaria. Isso tanto era válido para os cidadãos que ali habitavam, como era o seu caso, como para os estrangeiros que ali iam. Devia haver em inglês nalguns locais, porque eles também faziam sujidade.-----

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que conhecia muito bem o Jardim do Caracol. Dois anos antes, ao entrar como Presidente de Junta, o Arquiteto Manuel Salgado mandara-lhe um esboço do projeto e nessa altura tinha ido fotografar o Jardim do Caracol. O que achava estranho era que durante quarenta anos ninguém tivesse ligado àquele espaço, ninguém tivesse visto que aquilo era uma lixeira, que era só rataria.-----

----- Eram uns armazéns que foram passados para a Câmara no tempo do João Soares numa troca de terrenos e deixaram tudo abandonado. Alguns sítios foram sendo ocupados, um senhor tinha posto um pombal e uma horta, outro senhor ocupara com cães e com droga. Não se podia lá entrar.-----

----- O projeto tinha duas plataformas e era preciso fazer uma contenção de diversos terrenos. Ficaria em três pisos, um que já era encosta e a contenção tinha mesmo que se fazer, fosse parque infantil, fosse jardim, fosse uma parte parque de estacionamento para

levar 80 carros. Tinha sido uma coisa pensada porque as pessoas exigiam diariamente ter o seu carro na Freguesia. Havia um percurso pedonal e não de carros entre uma zona e outra do terreno. Em baixo seria o parque infantil. -----

----- Já tinha recebido as pessoas que apresentaram um documento na Assembleia, dois jovens moradores. Como Presidente de Junta dizia a toda a gente que parassem aquela obra, ela precisava de contenção de terrenos para não haver uma desgraça, pelo menos que se contivessem os terrenos e fosse negociando com a Câmara para ver o que iriam fazer daquilo. Eram 80 lugares, não estavam a falar de 800. -----

----- Podia mostrar fotografias do que era aquilo dois anos e meio antes, tinha andado lá sozinha com uma máquina fotográfica. Devia ser a única Presidente de Junta que conhecia muito bem o espaço. Já tinha havido várias reuniões e essa situação estava na Câmara para ser resolvida. A única coisa que pedira era que não parassem com a contenção do terreno, para que não houvesse desgraça no local. Se depois eram 80 carros, 50 carros ou nenhum, isso era uma decisão política em que não podia interferir, mas a sua colega da Penha de França não podia de maneira nenhuma prescindir, porque não tinha EMEL nem requalificação de espaço e havia uma grande dificuldade. -----

----- Quanto à Rua Maria da Fonte, se as pessoas quisessem a requalificação era a primeira a apoiar, mas se os fregueses da Rua da Bombarda queriam perder 20 lugares, então dissessem que queriam perder 20 lugares e assinassem. Se quisessem perder, a Junta lá estaria para lutar com eles, mas era preciso que as pessoas assumissem essa situação. -----

----- **O Senhor Presidente em exercício**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Moção “Carris – Pela reposição de uma rede coerente e funcional”**, apresentada pelo PCP, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 4 votos a favor (2PCP, 1BE e 1PS) e 13 abstenções (7PS, 4PSD, 1CDS-PP e 1PAN). -----

----- Submeteu à votação a **Moção “Por um transporte em metropolitano digno e seguro”**, apresentada pelo PCP, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 10 votos a favor (4PSD, 2PCP, 1BE, 1CDS-PP, 1PAN e 1PS) e 7 abstenções (PS). -----

----- Submeteu à votação a **Moção “Contra o encerramento da 10ª Esquadra da PSP em Arroios”**, apresentada pelo PCP, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 16 votos a favor (8PS, 4PSD, 2PCP, 1CDS-PP e 1PAN) e 1 abstenção (BE). -----

----- Submeteu à votação a **Recomendação “Requalificação do Jardim do Caracol”**, apresentada pelo PCP, tendo a Assembleia deliberado **rejeitar**, com 9 votos contra (8PS e 1PAN), 3 votos a favor (2PCP e 1BE) e 5 abstenções (4PSD e 1CDS-PP). -----

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** disse ter a sensação que em relação à recomendação do Jardim do Caracol não teria sido bem compreendida. O PCP não estava contra nenhum projeto, o que solicitava era que o Executivo tivesse um acompanhamento daquilo que se ia fazer, para que aquele espaço pudesse servir melhor a população das Freguesias de Arroios e da Penha de França. Não se falava em estacionamento, solicitava-se o acompanhamento do Executivo para que a qualidade de vida da população fosse melhor. Sabia que o Executivo tinha tentado fazer isso. -----

----- **Ponto 3 – Leitura, discussão e votação da Ata nº 13 da sessão anterior;** -----

----- **O Senhor Presidente em exercício**, constatando não haver intervenções, submeteu à votação a **Ata nº 13**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade** dos Membros presentes na respetiva reunião. -----

----- **Ponto 4 – Apreciação da Informação escrita da Presidente da Junta de Freguesia de Arroios acerca da atividade da Junta, nos termos do disposto da alínea e) do nº 2, do artº 9º, da Lei nº 75/2013;** -----

----- **Membro Fernanda Lacerda (PCP)** disse que havia um deficit entre períodos, a Informação ia de 16 de junho a 15 de setembro e na informação financeira havia uma parte nas receitas que não tinha data, só havia números até 31 de julho de 2016.-----

----- Mantinha aquilo que o PCP tinha vindo a dizer, que era um pouco repetitiva e nalguns casos pouco esclarecedora sobre a participação nas reuniões, nomeadamente quanto aos assuntos discutidos, à posição do Executivo e às conclusões.-----

----- Atualmente, com os sistemas informáticos, parecia-lhe possível haver uma informação mais credível. Já não dizia o mês de setembro, que era natural, mas pelo menos até finais de agosto.-----

----- Sobre a Comissão Social da Freguesia de Arroios, ela tinha sido dividida em duas partes. Uma primeira parte referia-se ao segundo trimestre, devia ter havido um pequeno lapso.-----

----- Quanto ao “Arroios Arranja”, era um projeto muito interessante mas verificava-se que no trimestre tinham acontecido sete intervenções. No entender do PCP, porque o projeto era extremamente interessante e muito útil em especial para as pessoas idosas, talvez ele não tivesse a divulgação que devia. A divulgação de informação escrita em placards, certas pessoas com uma certa idade já saíam pouco de casa e pela internet muito menos. Talvez fosse de fazer um pequeno folheto, sem grandes cores, que se pudesse meter nas caixas de correio. Talvez fosse um pouco oneroso, mas com boa vontade poderia ser possível.-----

----- Sobre o projeto de regulamento para concessão de apoios da Junta de Freguesia de Arroios, sabia-se que tinha sido publicado um aviso no Diário da República, segunda série de 8 de julho, em que anunciava a submissão do referido projeto à consulta pública durante trinta dias úteis a partir da data da publicação. Ora, esses trinta dias tinham passado e o que estava escrito na Informação não era muito esclarecedor. Dizia o seguinte: “Será submetido a consulta pública assim que o site da Junta volte a estar operacional”-----

----- A pergunta que fazia era se ele não tinha estado em consulta pública nos trinta dias. Nesse caso, teria que ser reformulado. A informação era escassa e gostaria de saber o ponto de situação do projeto.-----

----- Na cultura falava-se na ação “Leva-me contigo”, uma distribuição de cerca de três mil livros pela Freguesia, livros esses que segundo lera era um espólio da Biblioteca São Lázaro, livros doados e que existiriam em duplicado. Congratulava-se com essa iniciativa, mas gostaria de saber como tinha sido feita a distribuição, quais os locais. Só se dizia que tinha sido muito bem aceite. Era interessante a comunicação social conhecer as ações da Junta mas o que queria saber era se o objetivo pretendido de incentivar a leitura tinha realmente chegado às pessoas, se receberam os livros. Isso era o principal.

----- Sobre a informação financeira, atualmente, com os meios informáticos, talvez fosse possível os números com um período mais lato. O período que era dado na informação era de 31 de julho, estavam a falar de um trimestre que ia até 30 de setembro. Pelo menos que o agosto fosse dado.-----

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que não estava contra fazer mais uma divulgação do “Arroios Arranja”, mas ele estava muito divulgado nas pessoas que tinham o cartão “Mais Arroios”, que eram as pessoas carenciadas da Freguesia. Todos os trabalhos eram para pessoas que estavam necessitadas de apoio e estava divulgado pela maior parte das pessoas idosas. Não queria dizer que não pudessem fazer uma ação, mas o cartão era divulgado também nas farmácias e chegava a muita gente.-----

----- Sobre o “Leva-me contigo” podia dizer que foram distribuídos 60 livros por dia. Fazia parte de um espólio que já não podia estar na Biblioteca. Era uma equipa da Junta de Freguesia que os deixava nos vários espaços com um folheto e as pessoas pegavam

para ler. Tinha sido na altura da campanha dos *pokemon* e as pessoas acharam piada como sendo uma campanha contra os *pokemon*. Por vezes tinha sido até fora da Freguesia, porque a Biblioteca de São Lázaro estava no centro de várias Freguesias. ---

----- **O Vogal do Executivo Fernando Ricardo** agradeceu a informação da Membro Fernanda Lacerda ao projeto de regulamento, que aliás era algo recorrente da sua parte. De facto a informação dada era escassa mas a explicação era simples: na interpretação do Executivo, os projetos de regulamento tinham que ser publicados no Diário da República e no site oficial da própria Junta de Freguesia. Procedera-se à publicação no Diário da República mas depois, por motivos de força maior, o site ficara inacessível. -

----- Entretanto estava de novo ativo e teriam que repetir todo o processo. No entanto, chamava à atenção de que tiveram o cuidado de enviar o projeto para os Membros da Assembleia, para se pronunciarem sobre o mesmo. -----

----- O processo teria que ser iniciado e depois contar os trinta dias após a publicação no site e em Diário da República. O site era o local ideal para a consulta pública, na medida em que esse meio facilitava também a apresentação das observações por parte dos fregueses, algo que se pretendia incentivar.-----

----- **O Tesoureiro do Executivo, António Bacalhau**, começou por dizer que a divulgação do “Arroios Arranja” seria incluída com um folheto no Jornal de Arroios, para assim chegar a casa de todas as pessoas. -----

----- Disse que a página que iniciava a secção da informação financeira referia a data de 31 de julho, era verdade que alguns gráficos referiam data e outros não, era algo que teriam que modificar. Havia sempre uma série de processos e o mês não era logo encerrado naquela data, recebiam-se muitas faturas no final do mês e tinham que ser inseridas. -----

----- Estava-se a trabalhar na otimização de alguns processos, como a desmaterialização de faturas, de forma a que fosse a informação validada já no sistema e não com inputs manuais, o que também iria ajudar a encurtar os tempos de fecho do mês. -----

----- **Ponto 5 –Análise, discussão e aprovação para celebração dos seguintes Protocolos:** -----

----- **a) Protocolo de Cedência de Equipamento entre a Junta de Freguesia de Arroios e a Post Coop, Crl.:** -----

----- **b) Protocolo de Colaboração de Atividades de Animação e de Apoio à Família e Protocolo de Colaboração Componente de Apoio à Família entre a Junta de Freguesia de Arroios e a Câmara Municipal de Lisboa e entre a Junta de Freguesia de Arroios e Lisboa Ginásio Clube; Agrupamento de Escolas Nuno Gonçalves e o Agrupamento de Escolas Luis de Camões;**-----

----- **O Vogal do Executivo João Veríssimo** esclareceu, em relação ao protocolo com a Post Coop, que inicialmente tinha pensado apresentar à Assembleia mas depois fora dito que se calhar estava pouco claro, daí o acrescento à informação para a Assembleia, para se perceber ao certo como era. -----

----- No fundo tratava-se de um estacionamento, que era o que estava a ser usado em toda a cidade, salvo algumas honrosas exceções já mais antigas, assegurando-se mais de 80 novos lugares de bicicletas. -----

----- A história era simples mas ainda assim longa e um pouco típica do País, que por vezes estava mais desorganizado do que se queria. A Cooperativa tinha em seu poder esses estacionamentos, que estavam parados numa associação, a RDA do Regueirão dos Anjos. Esses equipamentos decorriam de um Orçamento Participativo Municipal e ninguém os aplicara. -----

----- Essa associação e a Post estavam preocupados, porque não tinham forma de aplicar os estacionamentos, a Junta percebera de imediato que eles tinham valor no mercado,

sobretudo um valor funcional e constituindo uma mais valia para a Freguesia, que até à data tinha poucos estacionamentos à superfície para ciclistas. -----

----- A Junta aceitara recebê-los sem encargos a aplicá-los, já que tinha mão-de-obra, infelizmente barata. Apenas tinha custado as horas de trabalho dos funcionários, sem mais encargos nenhuns para a Junta. -----

----- Essa era a história inerente e do objeto do protocolo, à qual depois se juntara um Orçamento Participativo promovido pela Junta e onde o proponente acabava por propor mais ou menos o mesmo, aproveitando-se para colocar ainda mais estacionamentos. ---

----- Inicialmente a Cooperativa tinha pedido uma declaração a dizer que a Junta tinha recebido, o que achava muito bem, que se declarasse o recebimento de um equipamento com algum valor. Depois não tinham concordado com o teor da redação, se calhar bem. Alterara-se a redação e no fim propuseram um protocolo, que aceitara. Contudo o protocolo, como sabiam, tinha de ir à reunião de Executivo e depois à Assembleia de Freguesia, para seguir a sua tramitação e tornar-se efetivo. -----

----- O protocolo estava na Assembleia mas, como todos sabiam, já estavam aplicados esses elementos. -----

----- **Membro Damião de Castro (PSD)** referiu que a explicação tinha sido esclarecedora mas havia duas pequenas dúvidas que gostava de compreender melhor:---

---- Primeiro era saber quais os critérios utilizados para aqueles locais. Não que estivesse contra os locais mas para perceber os critérios; -----

----- Segundo, do protocolo resultava que a Junta dava o espaço e a Cooperativa dava o equipamento, a contrapartida era publicidade nesse espaço. Pretendia que ficasse claro quanto tempo iria durar essa contrapartida. -----

----- **O Vogal do Executivo João Veríssimo** disse que as duas questões eram bem claras e legítimas . -----

----- Relativamente aos locais, aquando do Orçamento Participativo Municipal eles tinham sido definidos pela própria Câmara. A Junta tentava respeitar e tudo o que fazia no espaço público era sempre avalizado pela Câmara através da estrutura da UIT Centro, que já tinha feito quase um manual e só faltava a mão-de-obra para a implementação desses apoios. -----

----- No Orçamento Participativo da Freguesia o proponente voltara a pôr não só esses locais, como até outros. Tentara-se corrigir um ou outro lapso, mas estavam sempre a aprender e os proponentes também. -----

----- Relativamente à publicidade, era um autocolante colado em alguns apoios desse estacionamento, com uma chapa metálica. Não se tratava de publicidade, tratava-se de ter os logotipos de todas as entidades que os ajudaram a implementar. Também lá estava o logotipo da Post, o da Câmara, orçamentos participativos. Não era bem uma publicidade comercial, era uma memória do processo. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia em exercício** agradeceu aos serviços da Junta e ao Vogal João Veríssimo porque ao chegar-lhe essa proposta não constava o mapa com a localização dos postos onde iriam ser instaladas as bicicletas. Tinha achado importante, para que todos pudessem votar em consciência, que fosse disponibilizado aos Membros da Assembleia o mapa com a localização dos postos e rapidamente o Vogal João Veríssimo e os serviços da Junta o disponibilizaram. Queria agradecer por isso. -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** disse que os protocolos referentes aos CAFs iam através da Câmara Municipal e estavam bem explícitos. Anualmente era feito esse protocolo com a Câmara e depois fazia-se com quem dava o apoio, no caso era o Lisboa Ginásio e o Agrupamento de Escolas. Era uma situação oficial que se mantinha ao longo

dos três anos, eram contratos que havia com as entidades para o dinheiro que ia da CML no sentido de apoiar as crianças da Freguesia. Era uma renovação anual. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia em exercício**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação o **Protocolo de Cedência de Equipamento entre a Junta de Freguesia de Arroios e a Post Coop, Crl.**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade**. -----

----- Submeteu à votação o **Protocolo de Colaboração de Atividades de Animação e de Apoio à Família e Protocolo de Colaboração Componente de Apoio à Família** entre a Junta de Freguesia de Arroios e a Câmara Municipal de Lisboa e entre a **Junta de Freguesia de Arroios e Lisboa Ginásio Clube; Agrupamento de Escolas Nuno Gonçalves e o Agrupamento de Escolas Luis de Camões**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade**. -----

----- **Ponto 6 – Análise, discussão e ratificação do Contrato de Delegação de Competências – requalificação de arruamentos;** -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** esclareceu que resultava de um acordo feito com a Câmara Municipal por todas as Juntas de Freguesia, sendo todos aprovados por unanimidade na Assembleia Municipal de Lisboa. -----

----- Tinham calhado esses arruamentos à Junta de Freguesia de Arroios, que achava importante não ficar à espera das obras serem feitas pela Câmara. Eles entregavam o dinheiro e a Junta realizava as obras de acordo com os projetos trabalhados com a UIT Centro. -----

----- De momento estavam-se a fazer diversas escadinhas e o Vogal João Veríssimo tivera o cuidado de escolher requalificações em todos os pólos da Freguesia. Estavam a fazer as Escadinhas Novas do Colégio, tinham feito a Calçada Conde de Pombeiro, que estava a acabar e só faltava meter o varão, e iriam fazer a Cidade de Cardiff. Também junto a São Jorge de Arroios, a Ilha do Pico, tendo já sido aprovada a Vila Leonor, que tinha muitas pessoas idosas e estava completamente degradada. Esse era dos apoios mais caros que a Câmara dera. -----

----- **O Vogal da Junta João Veríssimo** referiu que na alínea m) do protocolo se falava no caso específico da Vila Leonor. A UIT Centro, essa orgânica municipal que acompanhava a Junta, tinha um trabalho interessante que apresentara e fora imediatamente aceite pela Junta, de reabilitação. Não da Vila Leonor em si, mas de arruamentos que confinavam com essa Vila Leonor. -----

----- Tratava-se da Travessa de São Bernardino, que ficava perto do Campo Mártires da Pátria. O sítio era interessante, antigo, e só ao nível do espaço público estava em muito mau estado. A via estava muito deteriorada, havia uma bolsa de estacionamento automóvel miserável, atacada por veículos com condutores pouco interessados em manter a via. Os arranjos feitos foram sistematicamente maus durante décadas e de imediato se abraçara o projeto. -----

----- Era um projeto sem grande visibilidade e isso também agradara, porque nem tudo tinha que aparecer nos jornais e na televisão. O que interessava era dar aos moradores e a quem percorria o espaço alguma qualidade de vida, porque de facto o espaço merecia. -----

----- Estava no momento tudo parado e aguardava-se que o protocolo fosse aprovado. Depois seria a adjudicação dos projetos das especialidades e isso obrigava a algumas especialidades, não era só pedir a um empreiteiro que alterasse. Depois seria lançada a empreitada. -----

----- No momento estavam na fase zero de todo o processo. -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** referiu que ocorrera a requalificação do NAL, que estava completamente deteriorado e fechado. Também as casas-de-banho do Largo de

Santa Bárbara, que se conseguira apoio da Câmara para que as pessoas não tivessem só casas-de-banho e pudessem também tomar duche. -----

----- A Piscina de Arroios já tinha a obra feita mas conseguira-se 200 mil euros e a segunda fase da obra estava terminada. -----

----- Com a Câmara Municipal estavam a fazer-se passadeiras e arruamentos, o que fazia com que as pessoas tivessem mais mobilidade e acessibilidade e deixassem de andar nas estradas para passarem a andar nos passeios da Freguesia. Outros estavam negociados nas grandes empreitadas da Câmara mas quisera-se assegurar pelo menos essas. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia em exercício**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação o **Contrato de Delegação de Competências – requalificação de arruamentos**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 16 votos a favor (8PS, 4PSD, 2PCP, 1BE e 1PAN) e 1 voto contra (CDS-PP).-----

----- **Membro Ana Paula Almeida (CDS-PP)** fez a seguinte declaração de voto:-----

----- *“Ana Paula Almeida, eleita do CDS-PP na Assembleia de Freguesia de Arroios, declara que votou contra a Proposta em epígrafe por considerar que: -----*

----- *Para o CDS-PP uma correcta descentralização administrativa é fundamental para a boa gestão da Cidade pelo que deve ser feita de acordo com o quadro legal vigente, nomeadamente com a aplicação e conjugação do nº 4 do artigo 14º da Lei nº 56/2012 de 8 de Novembro na sua actual versão, e da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro; -----*

----- *A descentralização consubstanciada na Proposta de Delegação de Competências, apresentada pela Junta de Freguesia e, de acordo com a própria nomenclatura utilizada, pode representar a delegação de novas competências para as Juntas de Freguesia, como consta da fundamentação de facto da Proposta em causa, ao afirmar-se que : “(...) – Este é, porventura, o momento, para introduzir um novo impulso ao processo de descentralização, abrindo novos caminhos, delegando novas competências nas freguesias, sempre que o Município e as freguesias sintam que isso trará claros benefícios para a população, quer pela a proximidade, quer pela celeridade na execução”;* -----

----- *Atenta a matéria e os valores em causa, urge proteger os interesses da Câmara Municipal de Lisboa e das Juntas de Freguesia, bem como dos munícipes, pelo que teria sido prudente a Junta de Freguesia ter assegurado a obtenção de parecer jurídico, solicitado aquando da discussão da proposta, que conforte a dúvida que permanece por esclarecer no que respeita ao devido enquadramento legal dos diplomas supra citados, por forma a garantir a legalidade e a conformidade das Propostas de Delegação de Competências com o ordenamento jurídico em vigor. -----*

----- *Arriscando esta Assembleia estar a ser colocada perante um conjunto de decisões que, por pura precipitação e cuja motivação não se vislumbra, podem implicar responsabilidade financeira para o conjunto dos eleitos, o CDS-PP entende que a decisão a tomar estaria salvaguardada com o respectivo parecer; -----*

----- *Acresce ainda referir que a assumpção de novas competências, no espírito do nº 4 do artº 14º da Lei nº 56/2012 de 8 de Novembro na sua actual versão é claro quando define que os novos acordos de delegação não podem ter, em caso algum, prazo de duração inferior a dois anos, articulado que colide com o disposto nas cláusulas das minutas (nomeadamente a cláusula 23ª, Capítulo III) no que respeita à vigência dos contratos. -----*

----- *Referir ainda que o mesmo articulado da lei refere que a duração do acordo deve ter, em regra, uma duração coincidente com a duração do mandato autárquico, o que não se vislumbra. -----*

----- *Face ao exposto, o CDS-PP entende que a Câmara não pretendeu clarificar o enquadramento jurídico da presente proposta o que, infelizmente, não nos permite uma aclaração do enquadramento jurídico de forma a sustentar a viabilização das mesmas.*

----- *Importa referir que nada nos move contra a matéria em apreço, com a qual o CDS-PP comunga, uma vez que muitas das intervenções a efectuar foram por variadas vezes reivindicadas por eleitos e fregueses. Contudo, a ausência de fundamentação adequada não nos permite aprovar uma proposta quando, por decisão do executivo, se prefere manter a dúvida jurídica.* -----

----- *Nesse sentido, o CDS-PP não se encontra em condições de acompanhar a proposta em apreço, não deixando de salientar, contudo, a importância e impacto que as delegações de competências têm na cidade e nas comunidades, por entender que as Juntas de Freguesia enquanto órgão mais próximo dos lisboetas, consegue aferir, implementar e executar soluções para as suas necessidades com maior eficácia.* -----

----- *Continuando a sua intervenção, disse que queria dar os parabéns ao Executivo por algumas obras que tinha realizado e não ia referir todas ou ficariam ali a noite inteira, mas nomeadamente os bebedouros para os animais e os jardins, que tinham sido realmente bastante melhorados.* -----

----- **A Senhora Presidente da Junta** referiu que todas as propostas de delegação de competências às 24 Juntas de Freguesia foram aprovadas por unanimidade de todos os partidos na Assembleia Municipal. As verbas foram aprovadas por todos os partidos. --

----- *Juridicamente estava tudo consagrado, até porque tinha sido feito com o apoio de todos os partidos. O CDS-PP na Assembleia Municipal também tinha aprovado, com todas as outras forças políticas.* -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia em exercício** deu por encerrada a reunião, eram vinte e duas horas e trinta minutos. -----

----- *Da sessão foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa presentes.* -----

1°.SECRETÁRIO _____ 2°.SECRETÁRIO _____ -
----- PRESIDENTE -----